

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

Trata-se de solicitação para Sistema de Registro de Preço para futura ou eventual contratação de empresa especializada para a aquisição de tela interativa para equipar as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu e Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência e nos seus respectivos anexos.

A licitação será realizada na modalidade: Pregão, em sua forma Eletrônica, menor preço global, conforme preceituam a Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 30 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

O modo de disputa a ser adotado é o da proposta aberta, pois todos os envolvidos poderão visualizar os valores apresentados em tempo real, possibilitando um melhor resultado, o licitante poderá apresentar lances melhores e conseqüentemente ser mais vantajoso do ponto de vista econômico.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Da Contratação:

Considerando o princípio do Município de Nova Iguaçu em prover a educação, fundamentado na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo nº 211, estabelecendo a responsabilidade em oferecer educação infantil e ensino fundamental. Somado ao princípio da descentralização administrativa, garantindo que Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Iguaçu tenha a plena autonomia para organizar e prover o sistema educacional de acordo com as

necessidades locais. Juntamente com que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, igualmente reforçando ratificando tal responsabilidade, estabelecendo as diretrizes gerais da educação no país e definindo as competências dos diferentes entes federativos na área educacional, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório;

Considerando Secretaria do Município que Municipal de Educação de Nova Iguaçu tem o compromisso permanente de aprimorar os padrões de qualidade no ensino, buscando sempre acolher as demandas que pressupõem melhor atender aos discentes, contribuindo de forma significativa com seu aprendizado e qualidade de vida, induzindo o comprometimento com os estudos por parte dos alunos e oportunizando aos servidores um ambiente adequado e que estimule positivamente a todos os envolvidos no processo de aprendizado;

Considerando que tal comprometimento se torna uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, que podem ser descritas em diversas ações, que se configuram como: a disponibilização de transporte escolar, uma alimentação balanceada e nutritiva, distribuição de materiais escolares, brinquedos pedagógicos, equipamentos em geral, mobiliários, em suma, a criação de um ambiente e concepção de uma estrutura física e pedagógica que torne o aprendizado algo prazeroso e inspirador, possibilitando que o aprendizado transcenda a sala de aula, oportunizando aos alunos o conhecimento de várias áreas em uma diversidade de conhecimentos educacionais que norteará toda a sua vida;

Considerando que o estudo técnico preliminar apresentou em seu estudo visou entender a necessidade de aquisição de telas interativas de 65 polegadas com suporte, com rodízios, e sua devida instalação, estes especificados pelo Superintendente de Tecnologia pertencente a SEMED, alusivos a intenção de inserção da tecnologia nas escolas, ambientes de treinamento e capacitação. Como forma prática de melhorar o aprendizado e o desempenho geral dos alunos, possibilitando que os conteúdos sejam ensinados de forma mais interativa e

envolvente, despertando sensivelmente o interesse dos alunos em relação aos conteúdos ensinados;

Considerando e corroborando com o já mencionado, tal aquisição fará a criação de acervo patrimonial destinado as Unidades Escolares, sendo está uma solução que visa atender a devida manutenção e na melhora nas instalações da Rede Municipal de Ensino, com intuito de aperfeiçoar o ambiente educacional, pela aplicação de equipamentos de TI. Estas terão a possibilidade de melhorar o ensino, através de uma infraestrutura de TI, equipamentos, com espaços de aprendizagem e apoio pedagógico;

Considerando ainda que, tal aquisição está estritamente relaciona a execução pedagógica, ou seja, na relação direta do aluno com o professor. Informamos que as necessidades fáticas, bem como os parâmetros objetivos que justificam a contratação foram especificados diretamente pela Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento Escolar pertencente à SEMED;

Considerando que para o comprometimento supracitado, se torna necessário, para o devido incentivo à qualidade de vida, relacionada a manutenção relacionado a melhora na qualidade do ensino nas Unidades Escolares, juntamente com o fato gerador do Município poder fornecer os devidos equipamentos que atuam indiretamente para manutenção e continuidade do ensino público;

Considerando o papel do Município de Nova Iguaçu fornecer gratuitamente os equipamentos com a finalidade de adotar tal prerrogativa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, tendo como público alvo os alunos menos favorecidos economicamente, encurtando, assim, a possibilidades de discriminações, segregações, situações vexatórias e até mesmo vem a reduzir a evasão escolar;

Portanto, investir na aquisição do presente estudo é essencial promover um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. A contratação não apenas atende à necessidade imediata de suprimento de equipamentos, mas também se alinha estrategicamente aos objetivos de longo prazo do Município de Nova Iguaçu em fortalecer o setor educacional com sua devida manutenção e criação de novas ferramentas para a melhora de suas atividades, de seus professores e alunos. A gestão da oferta dos equipamentos

citados é acessível, justificando a pertinência e a essencialidade desta contratação para o bem-estar da comunidade e para a promoção da educação como direito fundamental.

2.2. Tratamento Diferenciado a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs):

Valor Referencial até R\$ 80.000,00 – Em atenção aos preços obtidos e na Lei Complementar 123/2006, art. 48, informamos que deverá ser utilizado o inciso III da referida lei e artigo, pois há apenas dois itens a serem licitados e estes são maiores do que o valor de referência, de modo que, o que melhor se enquadra é o inciso mencionado.

2.3 Justificativa do Sistema de Registro de Preços

Em atenção ao art. 72 e 73 do Decreto Municipal nº 12.997/2022, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 40, II da Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Nova Iguaçu, informo que considerando que na presente contratação pode ocorrer a necessidade de aquisição dos equipamentos de forma parcelada e que as quantidades a serem adquiridas foram estimadas por meio da memória de cálculo apresentada pelo setor de Almoxarifado e Patrimônio e que atenderá pontualmente cada uma das Unidades Escolares, e diante de tal premissa lançaremos mão do Sistema de Registro de Preços que possibilita a aquisição do item de forma parcelada, pois temos dificuldade no armazenamento e a quantidade foi estimada, como já informado. Tais previsões encontram-se dispostas nos incisos II e IV, Art. 73º, do Decreto Municipal supramencionado.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Segue o detalhamento e a quantidade dos itens a serem contratados:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
01	603082	<p>TELA INTERATIVA OU LOUSA INTERATIVA DE 65 POLEGADAS – Tecnologia: Tela interativa com tecnologia touchscreen; Tamanho: 65” com retro iluminação DLED; Resolução: Mínima de 3.8470 x 2.160 pixels; Tamanho de pixel: Máximo de 0.372 mm horizontal x 0.372 vertical; Compartilhamento sem fio: Deve permitir o compartilhamento simultâneo de até 04 dispositivos através de software e/ou aplicativos gratuitos; Tela óptica: O vidro e a camada do display devem ser unidos, sem espaço perceptível entre eles; Escrita e Canetas: Deve permitir escrita por toque ou canetas especiais (mínimo de 02 canetas inclusas), com escrita ultrafina de no mínimo 20 px e diâmetro de 2 mm, com precisão de 1 mm; Conectividade: Wi-fi integrado, compatível com notebooks, tablets e smartphones iOS e Android, suportando 04 dispositivos simultâneos; Compatibilidade: Deve suportar a alternância entre os sistemas operacionais Android e Windows 10 ou equivalentes. Espaço para canetas: O display deverá possuir um espaço reservado para fixação das canetas que o acompanham não podendo ser ofertado suportes externos ou que não estejam integrados a estrutura do display. Instalação de apps: via Play Store/GooglePlay ou equivalentes. Idioma: Deverá suportar o idioma Português bem como todos os materiais deverão estar no idioma local (Manual, Datasheet, etc). Acabamento: em alumínio, não sendo aceitos acabamento em plástico. Cor do acabamento: cinza/ e ou preto. Ajuste de brilho: automático de acordo com o ambiente. Brilho: igual ou superior a 260cd/m². Profundidade da cor: mínimo de 10 bit. Taxa de contraste: mínima de 4000:1. Tempo de resposta: igual ou inferior a 8ms (milissegundos). Taxa de atualização: 60Hz. Ângulo de visão: 178° na vertical e 178° na horizontal. Sistema Operacional: embarcado igual ou superior a Android 11. Processamento: mínimo de 4 core A55. Memória: igual ou superior a 4GB. Armazenamento: HD interno de no mínimo 32GB. Rede: Network Interface (NIC) de 100 MBPS e suporte a roteamento com tecnologia Multiple-Input Multiple-Output (MIMO). Tecnologia Touchscreen: Infravermelho, permitindo 20 toques simultâneos. O tempo de resposta de toque deverá ser de no máximo 15ms (milissegundos). Sistema de Áudio:</p>	UND.	1.323

		<p>embutido, com no mínimo 02 alto-falantes de 16w de potência. Bluetooth: 5.0 e suportar versões anteriores. Interfaces de vídeo: 02 x HDMI-IN, 01 x HDMI-OUT ambas deverão suportar no mínimo 4K em 60Hz. Outras Conexões: Deverá possuir 01 x RS232, 02 x RJ-45 de 100Mps. no mínimo 02 x USB frontal e 02 x USB traseira, 01 x USB-C, 01 x Porta Touch-USB, 01 porta de entrada jack e 01 porta de saída de áudio jack. Com consumo de energia: igual ou inferior a 400w, máximo de 0.5w em standby. Temperatura de trabalho: de 0º C a 40º C. Vida útil: superior a 30.000 horas. Certificações: CE-Rohs e FCC emitidos em nome do fabricante. Garantia: 48 meses pelo fabricante. Alimentação: 100 a 240 VAC, 50/60 Hz. Controle remoto: O display deverá acompanhar 01 controle remoto que permita realizar funções.</p> <p>Apresentar o Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA do Fabricante.</p> <p>Apresentar Etiqueta ENCE – Classe A.</p>		
02	470174	<p>PEDESTAL/ SUPORTE PARA TVs DE 32 ATÉ 75 POLEGADAS COM RODÍZIOS. Equipamento indicado para escolas, salas de reunião, eventos, videoconferência em modelo portátil com fácil locomoção e ajustes. Tipo o modelo: AVA1600-60-1P sem Bandeja Superior. Com COMPATIBILIDADE para: TVs LCD / LED / PLASMA / 3D / OLED / QLED de 32 a 75 polegadas; com a orientação das TVs ter peso até 45kg. Sendo compatível com TVs que tenham o padrão de fixação VESA 100x100, 200x100, 200x200, 200x300, 300x200, 300x300, 400x200, 400x300, 400x400, 600x200 ou 600x400 mm (HxV), normalmente encontrado em televisores de 32 a 75 polegadas. CARACTERÍSTICAS com Pedestal de Chão para TV. Com Bandeja de apoio para Notebook, Receptor, DVD player, Blu-Ray. E Desenvolvido com materiais de alta resistência e fino acabamento. Com as seguintes FUNÇÕES: Ajuste de altura da TV; Ajuste de altura da bandeja para Notebook; Passagem interna para fiação; Rodízios para movimentar o pedestal sobre superfícies planas. CAPACIDADE DE CARGA máxima do suporte para TV: Até 45 kg; Carga máxima sobre a bandeja inferior: Até 5 kg. ALTURA (Medida do chão ao centro da base de monitor), Altura Mínima: 1100 mm; Altura Máxima: 1500 mm,</p>	UNID.	1.323

		com Intervalos de regulagem de altura a cada 50 mm. EXTRAS, Os rodízios possuem trava para que o pedestal seja freado, evitando assim movimentações indesejadas. Confeccionada em : Material: Aço Carbono; Acabamento: Tratamento Anticorrosão e pintura Epóxi Eletrostática; Cor: Preto; Medidas da Bandeja Inferior: 500x290mm (LxP). O serviço de instalação deve estar incluído.		
--	--	--	--	--

3.2 Considerando as especificações dos itens supramencionados, ratificamos que dado a sua natureza estes são comuns, pois são encontrados em diversas lojas e são produzidos por diversos fabricantes, possuindo de tal modo, casuísmo moderado e de forma geral, em regra possuem uma padronização.

3.3 Só será admitida a oferta do produto televisores que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – **ENCE**, na classe A para os Televisores, nos termos da Portaria INMETRO nº 377, de 14 de setembro de 2021, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Televisores e trata da etiquetagem compulsória.

3.4 A instalação do equipamento nos suportes será de responsabilidade da empresa contratada.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Considerando a importância da Administração Pública custear, com recursos próprios, a devida aquisição dos bens patrimoniais, por ser medida de relevante impacto, por se tratar de um dever de prover as condições mínimas e possível aperfeiçoamento para o desenvolvimento das atividades educacionais;

4.2 Considerando que tal aquisição está estritamente relaciona a execução pedagógica, ou seja, na relação direta do aluno com o professor. Informamos abaixo, as necessidades fáticas, bem como os parâmetros objetivos que justificam a

contratação diretamente relacionados pela Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento Escolar pertencente à SEMED:

4.2.1 Considerando que a tela interativa é um instrumento fascinante que transforma o ambiente educacional de maneiras intrigantes, explorando os aspectos pedagógicos dessa ferramenta, podemos identificar varias dimensões em que ela integra e beneficia alunos, professores e os resultados que entrega.

4.2.2 Considerando a interatividade e engajamento, a tela interativa permite uma abordagem de ensino mais participativa. Os alunos podem interagir com o conteúdo em tempo real, promovendo um engajamento mais profundo. Isso pode ser especialmente benéfico em aulas que utilizam métodos ativos de aprendizagem, como o aprendizado baseado em projetos, onde os alunos podem colaborar e realizar atividades praticas diretamente na tela.

4.2.3 Considerando a multimodalidade que é a capacidade de utilizar diferentes tipos de mídia — texto, imagens, vídeos e imagens — enriquece a experiência de aprendizagem.

4.2.4 Considerando que os alunos que aprendem de maneira visual podem se beneficiar significativamente da apresentação interativa, facilitando a compreensão de conceitos complexos. Essa multimodalidade atende a diferentes estilos de aprendizagem, ajudando a manter o interesse dos alunos.

4.2.5 Considerando o quesito colaboração e trabalho em Grupo, as telas interativas facilitam a colaboração entre os alunos, permitindo que eles criem, discutam e compartilhem ideias em um espago comum. Essa interação social é crucial para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de trabalho em equipe, que são essenciais para o sucesso na vida escolar.

4.2.6 Considerando a quesito do feedback imediato, a utilização de softwares interativos permite que os professores recebam feedback instantâneo sobre a

compreensão dos alunos durante as atividades. Isso ajuda os educadores a ajustar sua abordagem pedagógica em tempo real, garantindo que todos estejam acompanhando o aprendizado de forma eficaz.

4.2.7 Considerando a acessibilidade e inclusão as telas interativas podem ser adaptadas para atender as necessidades de alunos com diferentes habilidades. Ferramentas de acessibilidade podem ser integradas, proporcionando um ambiente mais inclusivo e permitindo que todos os alunos participem ativamente das aulas.

4.2.8 Considerando o estímulo ao pensamento crítico o uso de recursos interativos pode instigar a curiosidade e fomentar o pensamento crítico. Os alunos são incentivados a explorar, questionar e elaborar soluções para problemas, desenvolvendo competências essenciais para o avanço do desempenho escolar.

4.2.9 Considerando os professores como mediadores, com o uso de telas interativas, eles se tornam facilitadores do aprendizado, guiando os alunos em uma jornada de descobertas infinitas. Isso promove um ambiente de ensino mais dinâmico e colaborativo.

4.2.10 Em suma, a integração de telas interativas no ambiente educacional promove um conjunto diversificado de benefícios tanto para os alunos quanto para os professores. Essa abordagem torna o aprendizado mais envolvente, acessível e eficaz, impactando positivamente os resultados educacionais e moldando a experiência do ensino contemporâneo.

4.2.11 Portanto, adotar essas tecnologias no Município de Nova Iguaçu pode ser uma revolução pedagógica que vale a pena considerar, pois os professores poderão realizar em suas salas de aula de maneira mais lúdica os projetos permanentes, como “Minha Escola contra o Racismo” e “Bullying no ambiente Escolar”, trazendo experiências com vídeos apresentações. Nas reuniões Pedagógicas e Conselho de classe também será um instrumento muito utilizado para dinamizar esses momentos.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas com a execução do presente Contrato ocorrerão à conta de dotações orçamentárias assim classificadas:

ORGÃO	PROGRAMA / AÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE
SEMED	02.07.02.12.361.5103.2.014	4.4.90.52	FNDE / ROYALTIES / RECURSO PRÓPRIO / FUNDEB
SEMED	02.07.02.12.365.5011.2.115	4.4.90.52	PRÓPRIO
SEMED	02.07.02.12.361.5103.2.014	4.4.90.52	FUNDEB

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Termo de Referência ou estabelecidas em lei, particularmente no Decreto nº 12.997/2022, constituem, ainda, obrigações do Fornecedor:

1. A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto desta licitação, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do Contratante;
2. A CONTRATADA é responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como as demais legislações aplicáveis, no que couber à aquisição dos equipamentos;

3. Responsabilizar-se pelo pagamento e respectivos encargos sociais de todos os seus funcionários e/ou contratados envolvidos nos serviços (fretes, carretos e outros), não tendo os mesmos qualquer vínculo empregatício com o Município, no que couber à aquisição dos equipamentos;
4. Responder inteiramente por quaisquer obrigações decorrentes da aquisição dos equipamentos, ficando o Município isento de tais reclamações;
5. **Proceder ao fornecimento dos equipamentos indicados neste Termo de Referência, de acordo com as suas especificações, no prazo máximo de 15 (quinze dias) corridos, após ter sido comunicado;**
6. Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas/quebradas;
7. Reconhecer que a SEMED não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o Fornecedor por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, onde quer que estejam prestando os serviços para o Fornecedor, objeto deste Termo de Referência;
8. Disponibilizar todos os equipamentos, insumos e mão de obra necessária à integral execução da aquisição dos equipamentos;
9. Todos os materiais deverão ser entregues acondicionados em locais próprios para fornecimento, nas quais deverão estar indicadas as especificações e quantidades nelas contidas;
10. Proceder com a substituição da mercadoria que for entregue fora de suas especificações, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a empresa ter sido comunicada.
11. **A empresa contratada ficará responsável em realizar a instalação do equipamento no suporte, realizar os testes para verificação da usabilidade do equipamento.**

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Acompanhar e fiscalizar o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos sobre a Ata de Registro de Preço, que venham a ser solicitados pela Contratada e estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto da Ata de Registro de Preço;
3. Fiscalizar a fiel observância das disposições da Ata de Registro de Preço, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes e encaminhando cópia imediatamente a Contratada, para a pronta correção das irregularidades apontadas;
4. Pagar a importância correspondente aos bens efetivamente fornecidos pela Contratada, no prazo, mediante as notas fiscais/faturas devidamente atestadas, conforme preceitua o art. 124 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 Para efeito de julgamento, será levado em conta o menor preço global da proposta assim obtida, considerando o preço total da aquisição dos materiais.

8.2 Optou-se pelo menor preço global, como critério de julgamento, uma vez que, os itens se inter-relacionam, inclusive, tendo em vista que, os equipamentos deverão ser instalados nos suportes, salientando que ambos os itens deverão ser adquiridos, pois é necessária a aquisição, tanto do suporte, quanto da tela interativa para que o objeto atenda de forma satisfatório as Unidades Escolares.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Sustentabilidade:

9.1.1 As empresas licitantes e fabricantes deverão como requisito da contratação, observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, no que couber, a saber:

I – que os bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, nesse tópico, para além do já exposto, o licitante deve observar que o item a ser adquirido deverá possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE no lado externo do produto, demonstrando que o produto possui a eficiência energética para o item 1, com na escala de classe A que é a mais eficiente. Tal medida, vem de encontro à sensibilização da Administração Pública no que concerne a sustentabilidade ambiental e redução do impacto da ação do homem no meio ambiente, sendo esta a premissa que também norteia a contratação pública, sem prejuízo relevante da competitividade;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

V – que o fabricante do produto possua o cadastro na CTF/APP no IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para aceitação do produto ofertado pelo licitante.

9.1.2 Em conformidade com a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, deverão observar o ciclo de vida dos produtos, tendo com por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

9.1.3 Atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais

a. A Fabricação ou industrialização de produtos em geral Aquisição, locação ou utilização na prestação do serviço de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

b. Citam-se, exemplificativamente, as seguintes categorias de FABRICANTES Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021:

- estruturas de madeira e de móveis;
- veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios;
- aparelhos elétricos e eletrodomésticos;
- material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática;
- pilhas, baterias e outros acumuladores;
- papel, papelão, cartolina, cartão;
- preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas;
- sabões, detergentes e velas;
- tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes;
- fertilizantes e agroquímicos Etc.

c. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

d. Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral – os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.

e. Portanto, a fim de não introduzir distinções entre os licitantes, entendemos

que a forma mais adequada de dar cumprimento à determinação legal é inseri-la na especificação do produto a ser adquirido, o que foi realizado.

f. Nessa hipótese, o licitante deverá comprovar, como requisito da contratação, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.

g. A exigência de registro no CTF não se dirige ao próprio licitante, mas ao fabricante.

9.2 Subcontratação

9.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nem em parte e nem no todo, pois tendo em vista o caso em tela, que é aquisição das telas interativas e esta não é de grande complexidade, uma vez que, a empresa irá simplesmente adquirir o bem e entrega-lo, não demandando fato suficientemente relevante para a sua aceitação.

9.3 Garantia da contratação

9.3.1 Em razão do objeto a ser licitado, uma vez que ao entregar o item e após o seu recebimento definitivo, que será verificado o seu perfeito funcionamento e este será considerado em posse efetiva da Administração Pública. Não haverá a necessidade de se exigir do licitante a garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas razões aqui expostas.

9.4 A Pregoeira solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente a cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – **ENCE do produto ofertado**, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência. Só será admitida a oferta do produto tela interativa que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) **classe(s)**

A para os Televisores, nos termos da Portaria INMETRO nº 377, de 14 de setembro de 2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5 A Pregoeira solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP do Fabricante do produto ofertado, para fins de cumprimento da legislação ambiental.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação do pedido de pagamento, sendo encaminhado a solicitação de pagamento acompanhado de nota fiscal emitida pela Contratada, conforme as entregas realizadas, que necessariamente serão confirmadas e atestadas por 03 (três) servidores desta Secretaria, conforme determina a legislação vigente.

10.2 A solicitação de pagamento deverá ser autuada na Secretaria requisitante, observando os requisitos dispostos no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

10.3 A contratada deverá apresentar a documentação exigida no art.124 do Decreto Municipal nº 12.997/2022, que versa sobre os procedimentos de pagamento no âmbito do Município e demais documentos solicitados pela Equipe de Fiscalização da SEMED.

10.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.5 Quanto ao procedimento de pagamento o setor responsável deverá, ainda, realizar consulta prévia e obrigatória no sistema de cadastro unificado referente às empresas em relação aos contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros.

10.5.1 A existência de registro de sanções no cadastro unificado poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais os incisos I, II e III do art. nº 97 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 se refere, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação correlata.

10.6 Deverá ser verificado junto aos autos a informação que trata do recebimento provisório e definitivo com vistas ao seu cumprimento.

10.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento. Sendo assim, pago apenas a quantidade e valor correspondente ao item efetivamente entregue e que foi dimensionada pela equipe de fiscalização.

10.8 O objeto da presente contratação não traz em seu escopo a necessidade de pagamento antecipado.

10.9 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente oras indicados pelo contratado na solicitação de pagamento, conta bancária em nome da empresarial que consta no instrumento contratual. Devendo ainda, serem realizadas as retenções previstas em lei, ressalvado os casos oriundos de legislação própria, por exemplo: MEI e Simples Nacional. Para esses casos, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.

Quando da aplicação de sanções administrativas aos contratados, a Administração Pública deverá observar todas as diretrizes e prazos fixados nos art. 155 ao 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas em Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Ainda, quanto às sanções, segue algumas prerrogativas descritas no art. 123 do Decreto Municipal nº 12.997/2022:

11.1. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato.

11.2. A multa que supere 5% do valor contratado e as sanções de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade deverão ser aplicadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação.

11.3. Nos casos de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, sinalizada a infração administrativa praticada e o cabimento da sanção pela

fiscalização do contrato, a autoridade máxima do órgão ou entidade deverá instituir comissão para apuração e responsabilização integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis.

11.4. Em se tratando de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, após a manifestação da comissão prevista no parágrafo anterior os autos deverão ser remetidos para análise por parte da Procuradoria-Geral do Município.

11.5. A aplicação das sanções de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade será informada ao órgão central de controle interno do Município que deverá adotar as providências necessárias à implementação, manutenção e atualização de cadastro municipal de empresas punidas, além de zelar pela atualização das informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), observado o prazo do art. 161 da Lei Federal n.º 14.133/2021 para a atualização dos cadastros.

11.6. A superveniência de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.7. A notificação do contratado deverá ser realizada por qualquer meio que assegure a certeza do recebimento, admitindo-se a publicação de edital no DOE-NI em caso de devolução de AR sem comprovante de recebimento ou de não confirmação de comunicação eletrônica.

12. DO RECEBIMENTO

12.1 O Objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega dos itens, da seguinte forma:

12.1.1 Provisoriamente: de forma sumária, pelo fiscal do contrato, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, após emitir parecer circunstanciado pelo fiscal do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da entrega do objeto.

12.1.2 Definitivamente: por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Após o parecer circunstanciado do fiscal do contrato, decorrido o prazo de 20 (vinte) dias, corridos, de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, tendo o prazo de 15 (quinze) dias corridos para realizar a sua substituição.

13. EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. Condições de Entrega:

13.2. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, corridos, contados da emissão da ordem de fornecimento.

13.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da SEMED, localizado na Rua Prof. Joaquim Cardoso de Matos nº 1334 – Bairro da Luz

– Nova Iguaçu, ou em local previamente designado pela mesma, exceto quando for imprescindível a realização em dia e/ou horário diversos.

13.5. Garantia, manutenção e assistência técnica:

13.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como deverá ainda ser oferecido o total de 48 meses de garantia do produto, tendo em vista o alto valor de investimento.

14. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

14.1 A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 12.997/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços, Termo de Contrato ou Instrumento equivalente.

14.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. Fiscalização:

14.6.1. A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos conforme Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e demais legislações correlacionadas.

14.6.2. O fiscal devidamente designado acompanhará a execução da ARP, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ARP, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, em atenção ao art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

14.6.3. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução da ARP, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, art.10 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

14.6.4. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução da ARP, determinando prazo para a correção, conforme inciso III, do art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

14.6.5. O fiscal da ARP informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.6.6. O fiscal da ARP verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, utilização de saldo da ata remanescente e formalização de Contrato e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

14.6.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da ARP atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao seu gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.6.8. O fiscal da ARP tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.6.9. A fiscalização que trata o subitem 14.6 e demais divisões do referido item, deve ser realizada de forma ampla, ou seja, deve-se estabelecer rotinas de fiscalização *in locu*, tanto nos locais de execução do objeto, como nos locais de entrega, produção e armazenamento dos insumos ou produtos.

14.7. Gestão da Ata de Registro de Preços (ARP)

14.7.1 O Gestor da ARP tem como função administrar a Ata até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada Ata, conforme estabelece o art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal 14.133/2021.

14.7.2. O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.7.3. O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço/fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.7.4. O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14.7.5. O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

14.7.6. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do Ata de Registro de Preço (ARP).

14.7.7 – A existência de registro de sanções no cadastro unificado poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais os incisos I, II e III do art. nº 97 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 se refere, observado o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na legislação correlata.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

15.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

15.2 Forma de fornecimento

15.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado de forma a observar quantidades e periodicidades diversas, inexistindo compromisso ou obrigação de consumo total registrado, nem tampouco cronograma de entregas parceladas previamente

estabelecido. Fica consignado que o mínimo a ser solicitado por Ordem de Fornecimentos será conforme estabelecido no item 17.

15.3 Exigências de habilitação

15.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I - Habilitação jurídica

I.I - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

I.II - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

I.III - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

I.IV - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

I.V - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

I.VI - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

I.VII - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

I.VIII - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

I.IX - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II - Habilitação fiscal, social e trabalhista

II.I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II.II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

II.III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

II.IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

II.V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

II.VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

II.VII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

II.VIII - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III - Qualificação Econômico-Financeira

III.I - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

III.II - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

III.III - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a. índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);
- b. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- d. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

III.IV - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.

III.V - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

III.VI - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

III.VII - Em se tratando de empresa que estejam em recuperação judicial, a mesma deverá fornecer o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sendo ainda necessário que os índices contábeis estabelecidos sejam aferidos à luz do referido documento.

III.VIII – Justificamos que os índices utilizados e requeridos, estes visam determinar que a empresa goza de boa saúde financeira e possam, assim, se responsabilizar ou se comprometer com o fornecimento dos materiais da presente licitação, conforme mencionado no art. 69, inciso II, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/2021:

LG: é um indicador financeiro cujo objetivo é mensurar a capacidade de uma organização de cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo;

LC: é um indicador usado para mensurar, a curto prazo de tempo, a capacidade de pagamento de uma companhia.

IV - Qualificação Técnica

IV.I - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Quantidade compatível com o objeto da licitação, referente à equipamentos eletrônicos, com no mínimo 10% do item do objeto;
- Obedeceu ao prazo de entrega em outros órgãos/entes;

b. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

c. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

IV.II Justificamos a solicitação do atestado de qualificação ou capacidade técnica com o único intuito de buscar afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação.

IV.III Considerando a natureza da atividade no que tange a instalação das telas, será observada a legislação pertinente:

a) A empresa contratada deverá comprovar que possui habilitação técnica que permita a prestação dos serviços ora contratados, demonstrando a documentação técnica especificada neste termo de referência, os quais são:

- Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade;

b) Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços o **Catálogo**, com as especificações técnicas do item;

c) Garantia mínima 48 meses com declaração do fabricante em papel timbrado.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 16.726.569,93 (dezesesseis milhões, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e três reais), conforme custos unitários apostos em anexo.

16.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

16.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 104 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

16.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.2.3 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação, respeitado ainda, o que determina o art. 103, do Decreto Municipal nº 12.997/2022, ensejando a análise da Procuradoria Geral do Município.

16.2.4 Nos preços registrados, nos casos em que o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o referido preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado, e em caso de discordância do contratado, deve a Administração providenciar o cancelamento do registro, na forma estabelecida no art. 92, III, do Decreto Municipal nº 12.997/2021.

16.2.5 Os itens supramencionados que tratam da oneração dos valores anteriormente registrados em ata ou contrato deverão ser objeto de estudo e análise pelos setores responsáveis e pela Procuradoria Geral do Município.

17. OBSERVAÇÕES

No preço apresentado deverão estar inclusos todos os encargos sociais, tributos, transportes.

Prazo de entrega: O comprometente receberá a Autorização de Fornecimento estabelecida pela SEMED, e terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para efetuar a entrega.

Local de entrega: Almoxarifado da SEMED, localizado na Rua Prof. Joaquim Cardoso de Matos nº 1334 – Bairro da Luz – Nova Iguaçu, ou em local previamente designado pela mesma.

Quantitativo mínimo: Para cada ordem de fornecimento será de aproximadamente **2% (dois por cento) do quantitativo registrado**, que dará o quantitativo arredondado de 24 (vinte e quatro) televisores e suportes, nos termos do inciso IV, art. 77, do Decreto Municipal nº 12.997/2021.

Período de Vigência: O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso exista saldo a ser contratado na ata, por igual período e desde que comprovada o seu preço vantajoso, conforme art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 81 do Decreto Municipal nº 12.997/2021.

18. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1. O consórcio consiste na conjugação de esforços entre empresas para a prestação de um serviço ou para o fornecimento de um produto que de forma individual não seria possível a sua execução, se esta viesse a participar do certame licitatório, pois tecnicamente esta não possuiria toda a expertise necessária para a realização ou concretização do objeto da licitação.

18.2. Os consórcios são diferenciados de duas formas: temos os consórcios homogêneos, onde empresas com a mesma expertise ou do mesmo ramo de atuação mercadológica, se unem aumentando sua capacidade competitiva e temos os consórcios denominado heterogêneo, onde empresas de diferentes especialidades se juntam para a execução de partes distintas de um objeto da licitação, o que seria aplicado em licitações que tenham em seu escopo uma grande complexidade para o atingimento da meta da administração pública.

18.3. Em análise do objeto a ser licitado que é o de fornecimento de equipamento áudio visual, as chamadas telas interativas e o suporte para sua fixação. Tendo sido, realizada pesquisas ao mercado e na internet foi possível verificar que diversas empresas atuam no ramo e tecnicamente não é necessário uma grande expertise para a sua aquisição e comercialização.

18.4. Sendo assim, entendemos que os pressupostos para a formalização e aceitação de consórcio no certame licitatório, que seria a conjugação de esforços para o fornecimento dos equipamentos, não seria uma das condicionantes para a sua aceitação no presente certame, pois o objeto não é de grande complexidade tecnológica, nem de relevante vulto.

18.5. A vedação do consórcio na aquisição dos equipamentos, analisando o presente caso concreto, não reduziria o número de participantes do certame licitatório, pois é fato que diversas empresas trabalham no segmento de venda de equipamentos eletrônicos, como as telas interativas e os suportes, ou seja, ao

contrário do que se pode ver, em tendo tantas empresas distintas que poderiam participar do certame haveria um maior número de interessados e consequentemente uma maior competitividade.

18.6. Via de regra as pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, salvo vedação devidamente justificada pela administração pública, conforme o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no inciso IV, art. 22 do Decreto Municipal nº 12.997/2022, sendo assim, concluímos que a aquisição em tela não é considerada de alta complexidade tecnológica ou de relevante vulto, de modo que as empresas de forma individual não conseguiriam atender ao objeto do presente Termo de Referência.

18.7. A presente vedação quanto à participação de constituição de empresas em forma de consórcio no certame licitatório em tela é a que melhor atende ao interesse público e não trará prejuízos a competitividade do certame, sendo ainda, prestigiados os princípios da competitividade, moralidade e economicidade.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

19.1. As cooperativas são sociedades formadas por pessoas que vem de comum acordo e se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de determinadas atividades econômicas, sem o objetivo do lucro para a cooperativa em si, uma vez que, este é repartido entre os cooperados.

19.2. A finalidade de sua existência é atender aos interesses de seus associados. Por isso, os contratos estabelecidos com terceiros visam, principalmente, fornecer melhores condições para atender às necessidades desses associados, que não seriam atingidos se estes operassem conta própria.

19.3. As cooperativas atuam em diversos segmentos mercadológicos e de serviço, tais como: agropecuário, de consumo, de crédito, de infraestrutura, de trabalho, produção de bens e serviços, de saúde e de transporte.

19.4. Entendemos que a cooperativa só estaria impedida de participar do certame licitatório se houvesse a subordinação entre a mão de obra e cooperados, pois “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

19.5. Diante ao exposto, e em análise do presente caso concreto não vislumbramos a possibilidade de impedimento para a participação de Cooperativas na presente contratação.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 12.997/2022 e demais legislações correlatas, no que couber.

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência.

Nova Iguaçu, 09 de setembro de 2024.

Márcio Grácias Saraiva
Superintendente de Projetos Especiais
Mat.: 34/728.967-1

Aprovado:
Em 09 de setembro de 2024.

Maria Virgínia Andrade Rocha
Secretária Municipal de Educação
Mat. nº 11/694.638-8



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº 2024/109593
Rubrica: Fls.:

ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO

ANEXO II – VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO